



Qualis B4 ISSN: 2675-0236

ARTIGO

Listas de conteúdos disponíveis em [DOAJ](#)

## Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social



### A Teoria Política Platônica

The Platonic Political Theory

ARK: 44123/multi.v6i11.1305

Recebido: 28/03/2024 | Aceito: 18/05/2024 | Publicado on-line: 20/06/2024

#### Gustavo Javier Castro<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-7639-0514>

<http://lattes.cnpq.br/1091127369557989>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: [gustavo@institutoprocessus.com.br](mailto:gustavo@institutoprocessus.com.br)

#### Alejandro Gabriel Olivieri<sup>2</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-7398-7905>

<http://lattes.cnpq.br/1921746316087755>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: [aleoli61@gmail.com](mailto:aleoli61@gmail.com)

#### Lourivânia de Lacerda Castro<sup>3</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-1331-563X>

<http://lattes.cnpq.br/2753561242350807>

Centro Universitário UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: [lourivania.lacerda@institutoprocessus.com.br](mailto:lourivania.lacerda@institutoprocessus.com.br)



### Resumo

O artigo visa apresentar os principais lineamentos que sustentam a teoria política platônica, especialmente no que diz respeito a sua reflexão sobre as formas de governo. Analisa-se a classificação das formas de governo proposta por Platão, descrevendo os conceitos de necessidade e noção cíclica do tempo, e mostrando que o principal critério usado por Platão para classificar as formas de governo são as características morais dos governantes. Por último, descreve-se a concepção orgânica e a noção de ordem social na política platônica, relacionando-as com a sua teoria das formas boas e más de governo.

**Palavras-chave:** Política Platônica. Platão. Ordem Social.

<sup>1</sup> Possui graduação em Filosofia - Pontifícia Universidad Católica de Valparaíso (1987), mestrado em Ciência Política pela Pontifícia Universidad Católica de Chile (1991), mestrado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (1993) e doutorado em Sociologia pela Universidade de Brasília (2008).

<sup>2</sup> Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília ? UnB (2009), Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina ? UFSC (1995), Bacharel em Filosofia pela Universidade de Buenos Aires ? UBA (1985).

<sup>3</sup> Mestre em Direito- LL.M.EUR European Legal Practice/ Joint Degree pela Universidade Católica Portuguesa de Lisboa (2009), especialista em Direito Público pelas Faculdades Integradas do Planalto Central (2011) e Direito Previdenciário pelo Instituto Nacional de Ensino Superior e Pesquisa (2016). Advogada e professora das disciplinas Direito Administrativo e Introdução ao Estudo do Direito.

## **Abstract**

*The article aims to present the main elements that underpin Platonic political theory, particularly regarding its reflection on forms of government. It analyzes Plato's classification of forms of government, describing the concepts of necessity and the cyclical notion of time, and demonstrating that the primary criterion used by Plato to classify forms of government is the moral character of the rulers. Lastly, it discusses the organic conception and the notion of social order in Platonic politics, linking them to his theory of good and bad forms of government.*

**Keywords:** *Platonic Politics. Plato. Social Order.*

## **1. Introdução**

Este artigo tem como objetivo apresentar, de forma didática, as linhas centrais que fundam a teoria política platônica. Para tal finalidade iremos formular sete questões que pavimentarão o caminho para alcançar o objetivo mencionado.

Em primeiro lugar, qual é a classificação das formas de governo de Platão? Veremos, na resposta a esta questão, a intrínseca relação entre a metafísica e a filosofia na teoria política platônica. A segunda questão, por que podemos afirmar que Platão é um pensador conservador? Em terceiro lugar, qual é o critério utilizado por Platão para caracterizar as diferentes formas de governo? Em seguida, quais os argumentos que Platão utiliza para explicar a passagem de uma forma de governo para outra? Em quinto lugar, em que consiste a teoria orgânica da sociedade e qual sua relação com a teoria das formas de governo? A sexta questão pergunta sobre a perspectiva política de Platão ser *ex parte populi* ou *ex parte principis*. Por último, qual é o critério utilizado por Platão para distinguir as formas boas e as más de governo? Essas são, portanto, as sete questões que tentaremos responder sucintamente ao longo do presente artigo.

## **2. A classificação das formas de governo em Platão**

Vamos enunciar, em primeiro lugar, a classificação das formas de governo e depois fazemos alguns comentários preliminares. Platão classifica as formas de governo em dois grandes grupos: as formas ideais e as formas reais. Salta aos olhos a ligação com o exposto por Platão no seu livro a República (1999), na denominada “Alegoria da Caverna”, onde ele apresenta claramente a sua visão metafísica sobre a realidade. O filósofo tem uma visão dicotômica da realidade. Por um lado, uma realidade que é a realidade da matéria, das coisas físicas e, por outro lado, uma outra realidade, de um outro tipo, que com o passar dos séculos chegou a significar a realidade espiritual, o espírito.

Então, temos as formas de governo ideais, que são perfeitas e temos as formas reais, todas elas formas corruptas. As formas ideais são a Monarquia e a Aristocracia. Mas, qual dessas duas formas é a melhor? Vamos lembrar a origem etimológica das palavras: Aristocracia é o governo dos melhores e Monarquia o governo de um único homem, no entendimento de Platão, o melhor dos homens. Assim, não importa a questão quantitativa, se são alguns melhores ou o melhor dos homens que governam, mas sim a questão qualitativa. Quem são os melhores homens para Platão? Os melhores homens no entendimento de Platão são justamente aqueles que se dedicam à atividade mais nobre, mais virtuosa para a qual o ser humano se pode dirigir.

Por um lado, existem homens que trabalham com suas mãos, os artesãos, os operários, os camponeses; por outro, existem os homens que se dedicam ao comércio, à guerra etc. Entretanto, entre todas as atividades humanas há uma que é

a mais perfeita de todas, a mais virtuosa de todas, isto é, a que tem como finalidade a procura da verdade. E como são chamados aqueles homens que se dedicam à procura da verdade? São os Filósofos. Seguindo a Alegoria da Caverna, são aqueles que estão nessa caminhada de saída da caverna para chegar à verdade, fora da caverna. Assim, na visão de Platão, tanto a Monarquia quanto a Aristocracia são formas de governo perfeitas.

Quando Platão menciona as formas reais de governo, indica a Timocracia, a Oligarquia, a Democracia e, por último a Tirania. O Filósofo apresenta uma escala descendente, a partir das formas ideais. A Timocracia é a melhor entre as formas corruptas, portanto a Timocracia é melhor do que a Oligarquia, mas a Oligarquia é melhor do que a Democracia, a qual é melhor do que a Tirania, que é a pior forma de todas. Trata-se do governante que governa em proveito próprio, arbitrária, injusta e, sobretudo, violentamente.

Temos, então, seis formas de governo. É importante salientar a existência de um declínio -degradação- necessário na passagem de uma forma de governo para outra. Quando a Timocracia se corrompe vira Oligarquia, não vira outra forma. E a oligarquia quando se corrompe vira Democracia e a Democracia quando se corrompe vira Tirania. Estamos assim no reino da necessidade. É uma decadência necessária das formas de governo, porque todas elas se corrompem e vão sempre do ruim para o pior.

Nós, seres humanos, somos seres históricos. Pensamos sempre num contexto cultural e temporal. Esta percepção platônica da decadência é congruente com o momento histórico e cultural no qual o filósofo viveu. Para os gregos o mundo é eterno, uma ideia estranha para nossa percepção, porque nós entendemos, na nossa cultura, o mundo através do prisma do cristianismo. Na cultura judaica-cristã-ocidental entende-se que o mundo é criado por Deus e é criado a partir do nada (ex nihilo).

Pois bem, os gregos nunca imaginaram esta ideia. Para eles o mundo sempre existiu como ele é e desta forma continuará sendo. E dentro desse mundo vivem os deuses, os semideuses e os homens: é um mundo só. Para os gregos o mundo é uma natureza, uma *θίσις*, tudo surge dela e tudo volta para ela. Existe nesta natureza uma ordem preestabelecida, nada acontece por acaso. No Olimpo estão as deusas, as moiras, que tecem a vida de cada um dos homens e o momento da nossa morte acontece quando as moiras cortam o fio. Trata-se do reino da necessidade.

Pensemos no lugar que ocupa o destino nas tragédias gregas. Lembremos de “Édipo Rei” de Sófocles. Esta obra está centrada na figura trágica de Édipo, o rei de Tebas. A história começa com a cidade de Tebas sofrendo com uma praga. Os cidadãos pedem ajuda a Édipo, que já havia salvado a cidade ao resolver o enigma da Esfinge. Para encontrar a causa da praga, Édipo envia seu cunhado Creonte ao oráculo de Delfos, que lhe revela que a praga só terminará quando o assassino do antigo rei de Tebas, Laio, for encontrado e punido.

Édipo, após receber o oráculo, promete encontrar o assassino, puni-lo e trazer justiça novamente à cidade. Ao longo da investigação, Édipo descobre, com a ajuda do vidente cego Tirésias, que é ele próprio o assassino que procura. Através de uma série de revelações chocantes, Édipo percebe que, sem saber, cumpriu uma antiga profecia: ele matou seu pai, Laio, e casou-se com sua mãe, Jocasta. Quando Jocasta percebe a verdade, se enforca. Ao descobrir o corpo de sua mãe-esposa, Édipo, desesperado, cega-se com os broches de Jocasta. No final, ele se exila voluntariamente de Tebas, cumprindo seu destino trágico e deixando a cidade livre da praga. Justamente tudo aquilo que Laio e Jocasta fizeram para evitar o destino, mandar seu filho Édipo recém-nascido para longe, fez com que o destino fosse

cumprido. O destino é a necessidade total e absoluta. O mundo dos gregos é o mundo da necessidade. Neste mundo não existe lugar para liberdade, para o livre arbítrio.

Voltando para a nossa questão principal, neste mundo da necessidade, é inevitável a Timocracia degenerar em oligarquia e inevitavelmente a oligarquia degenerará em democracia, que, de forma inevitável, declinará numa Tirania.

Um segundo elemento básico da filosofia política platônica, além do reino da necessidade, é a concepção cíclica do tempo e da história, uma crença profundamente arraigada na cultura grega. Em Platão este elemento se encontra de forma implícita nos seus textos, mas podemos percebê-lo quando analisamos, além dos seus diálogos, sua própria biografia. Os acontecimentos no mundo ocorrem não somente de forma necessária, mas também de forma cíclica. Há uma ordem cíclica total. Lembremos que em grego a palavra “cosmo” (κόσμος) significa justamente ordem. A ordem do mundo é, então, necessária e cíclica.

O que acontece então quando o movimento da história nos conduz para a última forma de governo que é a Tirania? A história acaba? Não acontece mais nada? Vivemos numa tirania eterna? Não, esta crença no movimento cíclico da natureza e da história funda a percepção Platônica de que, depois de declinar e degradar até a última forma de governo, a Tirania, se retoma o ciclo histórico, voltando ao início, e assim passamos para uma das formas ideais de governo, seja uma Monarquia ou uma Aristocracia.

De fato, não existe nenhum texto de Platão onde ele nos coloque expressamente que a sucessão das formas de governo é cíclica ou que depois de chegar na Tirania a seguinte forma de governo seria uma Monarquia ou uma Aristocracia. Então, por que estamos afirmando isto? Temos que recorrer à biografia de Platão e, especificamente, a duas viagens que o filósofo realizou para Siracusa.

Em cerca de 388 a.C., Platão viajou para Siracusa a convite de Dionísio I, o tirano que governava a cidade na época. O objetivo de Platão era ajudar a introduzir reformas políticas na cidade, baseadas nas suas ideias filosóficas e éticas. Dionísio convidou Platão, já famoso, para visitá-lo em Siracusa, na esperança de obter seu conselho e orientação. No entanto, o relacionamento entre Dionísio e Platão foi tumultuado, e as tentativas do filósofo de influenciar o governo de Siracusa não tiveram sucesso. Platão volta para Atenas desiludido. Dionísio foi sucedido por seu filho, Dionísio II, o Jovem, após sua morte em 367 a.C. Justamente, por volta de 367 a.C., Platão fez uma segunda viagem a Siracusa, dessa vez a convite de Dionísio, o Jovem. Novamente, Platão tentou influenciar o governo da cidade e introduzir reformas políticas baseadas em princípios filosóficos. A segunda tentativa de Platão também não foi bem-sucedida. Ele entrou em conflito com Dionísio II e chegou a ser preso. Foi resgatado por seguidores e retornou a Atenas, onde fundou sua própria escola filosófica, a Academia.

Desta forma, um fato da biografia de Platão nos permite afirmar que Platão sustentava uma sucessão cíclica das formas de governo. O que precisava ser feito era a transformação do tirano num filósofo, e, assim, com o filósofo no poder, a tirania viraria uma monarquia. Esta visão cíclica da história do mundo grego é muito diferente da concepção contemporânea da história. Nós entendemos a história como progresso, quer dizer, como uma linha contínua no tempo. Esta nossa percepção foi sendo construída, aos poucos, a partir do século XVIII na Europa, vinculada aos avanços da ciência e da tecnologia e, sobretudo, à estrutura capitalista da sociedade atual. Também existem outras formas de entender a história. Por exemplo, Vico, pensador italiano da primeira metade do século XVIII, foi o primeiro a interpretar a história de forma diferente da antiguidade. Para este autor a história avança, mas

também existem recuos nesse progresso, os corsi e ricorsi da história. Vico será o primeiro em contestar a percepção cíclica da história. Trata-se de uma percepção intermediária entre a antiguidade e a modernidade.

Ainda encontramos a visão marxista da história, o denominado “materialismo histórico”. A história avança num movimento de espiral cujo motor é a luta de contrários. Trata-se da história do conflito entre forças contraditórias. Na sociedade é a luta de classe que faz a história avançar. Finalmente, numa concepção pós-moderna, existe a percepção da coexistência de múltiplas histórias, cada uma irreduzível em relação à outra. Assim, carece de fundamento todo juízo de valor às histórias de cada cultura. A seguir, trazemos uma representação gráfica de cada perspectiva mencionada aqui sobre as concepções da história.

### **3. Os Critérios para a classificação das formas de governos em Platão.**

A segunda pergunta em relação à filosofia política platônica questiona sobre a sua posição conservadora. O que é ser um conservador? O conservadorismo ou conservantismo é uma ideologia política e social que defende a manutenção das instituições sociais tradicionais no contexto da cultura e da civilização. Então, conservador é aquele que quer conservar o status quo, conservar a sociedade tal qual ela é. (Scruton, 2015)

Contrário ao conservadorismo é o progressismo. O progressismo é a doutrina segundo a qual medidas econômicas e sociais impulsionadas, sobretudo, pela ciência e tecnologia, são imprescindíveis para a melhoria das condições humanas. O progressismo também está relacionado à ruptura de padrões sociais tradicionais que por sua vez promoveriam valores como liberdade e igualdade. Assim, a visão progressista quer a mudança, enquanto a visão conservadora é a que quer deixar as coisas como estão ou, no máximo, mudá-las aos poucos numa mudança incremental, uma mudança que conserva.

No fundo, o conservador é um pessimista. É um pessimista porque ele sabe que se mudar, o que vai vir sempre será pior daquilo que está. Então, se a mudança sempre traz o pior, para que mudar? Vamos conservar! A perspectiva contrária é aquela do progressista, que afirma que nós temos que mudar porque a mudança sempre irá trazer coisas melhores. Portanto, o progressista é naturalmente um otimista. Quem tem razão? Quem está certo? O conservador ou o progressista? Sobre o questionamento de quem tem razão, se o conservador ou o progressista, só a história pode dar uma resposta final. Se nós fizemos mudanças e as mudanças vieram para melhorar nossa situação então os progressistas estavam certos. Se nós fizemos mudanças e as mudanças fizeram com que nossa situação ficasse pior, então os conservadores estavam com a razão.

A terceira pergunta que colocamos no início deste artigo, questiona pelo critério utilizado por Platão para caracterizar as diferentes formas de governo. Toda vez que fizemos uma classificação é necessário definir os critérios a partir dos quais classificamos. Podemos classificar por tamanho, por cor, por conteúdo, por forma, cronologia, etcétera. Isto não é diferente quando falamos da classificação das formas de governo. Em Platão vamos encontrar um critério de classificação extremamente interessante, centrado na figura do governante, mais especificamente, nas qualidades ou nas características morais dos governantes. Platão percebe que existem diferentes tipos de personalidades e diferentes tipos de homens, os quais são guiados, são conduzidos por alguns princípios de ordem moral.

Segundo Bobbio (2017), para caracterizar essas diferentes formas de governo, é importante identificar as peculiaridades morais de cada uma delas. Ou seja, estamos

falando aqui dos vícios e das virtudes das respectivas classes dirigentes. Cada uma dessas classes possui uma particularidade moral que a distingue e a caracteriza. Bobbio nos explica que em Platão cada líder ou representante de uma classe dirigente, associado a uma forma específica de governo, pode ser retratado de maneira clara e eficaz por meio da descrição de sua paixão dominante, que representa a sua particularidade moral essencial. Vejamos alguns exemplos:

Na timocracia, a paixão dominante é a ambição, o desejo por honrarias, reputação, fama e glória

Na democracia, observa-se o desejo imoderado de liberdade, que pode se transformar em licença ou licenciosidade.

- Na oligarquia, predomina a fome de riqueza.
- Na tirania, a característica marcante é a violência

Quando percebemos que a classe dirigente é guiada, ou tem como sua mola propulsora, a obtenção de riqueza, estamos diante de uma Oligarquia. Por outro lado, quando a questão fundamental é a conquista e preservação das liberdades, estamos em uma Democracia. Em uma sociedade regida pela violência, identificamos a Tirania. Já quando o que fundamenta a classe dirigente é o desejo de honrarias, estamos diante de uma Timocracia.

Lembramos que, para Platão, a Timocracia é, basicamente, o governo dos militares. Um exemplo histórico desse tipo de governo na época de Platão é a sociedade espartana, caracterizada por sua total militarização. Nessa sociedade, o rei, o monarca e o general se confundiam em uma única figura de liderança. Os espartanos possuíam uma monarquia vitalícia, porém não hereditária. Para os militares espartanos, o que realmente importava era a reputação que possuíam em relação ao seu próprio valor e coragem. A honra e o reconhecimento por sua bravura eram os elementos fundamentais na vida desses guerreiros.

Uma questão interessante na filosofia política platônica é como ocorre a transição de uma forma de governo para outra. Essa é uma temática que ainda precisamos analisar com mais detalhes. Vamos por partes: uma coisa é entender como se dá essa transição; outra é identificar as causas que levam a ela.

Platão aborda essa questão de maneira extremamente interessante. Quando ele descreve as características morais peculiares dos governantes, que são, no fundo, critérios psíquicos para classificar as formas de governo, está, de certa forma, antecipando em séculos, o que hoje reconhecemos como “psicologia política”. Essa é uma área relativamente nova dentro da ciência política, mas de enorme relevância e interesse nos estudos da política atual. (Dias, 2014) Em Platão, percebemos toda a sua perspicácia ao tentar conectar a psique humana, ou a psicologia humana, com a política. Ele explora como os aspectos psicológicos dos governantes e das classes dirigentes influenciam diretamente as formas de governo e a dinâmica do poder político.

A mudança de uma constituição para outra parece coincidir com a transição de uma geração para a seguinte. Essa transformação, embora não seja necessariamente inevitável, ocorre de forma quase natural e, em certos momentos, de maneira bastante rápida. Ela parece ser uma consequência fatal do atrito entre pai e filho, ou seja, da rebelião da nova geração contra a anterior, acompanhada pela mudança dos costumes que essa rebelião provoca. Essa mudança, segundo Platão, corresponde a uma piora constante, pois, como já vimos, a passagem de uma forma de governo para outra geralmente resulta em uma degeneração, de algo que já é ruim para algo ainda pior.

Em suma, Platão assinala que a passagem de uma forma de governo para outra coincide com as transições geracionais. É interessante observar essa discussão sobre o atrito geracional, a tensão entre pai e filho, como um motor de transformação. No entanto, é importante lembrar que Platão não está elaborando uma teoria geral sobre a transição das formas de governo. Ele está, antes, analisando o passado recente de Atenas, especialmente o que ocorreu após o denominado “Século de Ouro” (século V a.C.). Platão viveu entre o final do século V e a primeira metade do século IV a.C., um período marcado pela decadência de Atenas. Ele observa que, a cada nova forma de governo, a cidade sofria uma piora contínua. E essa degeneração parece coincidir, em grande parte, com as mudanças geracionais.

Essa passagem não apenas parece inevitável, mas também está enraizada em um princípio mais profundo: o princípio da corrupção. Para Platão, tudo está sujeito à corrupção e à degeneração; nada permanece como é para sempre. Essa ideia de constante transformação, motivada pela incapacidade das coisas de se manterem imutáveis, é fundamental para entender a dinâmica política e social que ele propõe. Quando se busca entender a razão pela qual ocorre a mudança nas formas de governo, Platão nos sugere que o motivo principal está na corrupção do princípio que inspira todos os governos.

Na ética grega, a corrupção de um princípio ocorre quando há um excesso. Os princípios se corrompem quando são levados ao limite. Por exemplo, a honra do homem timocrático se corrompe quando essa honra se transforma em ambição imoderada e ânsia de poder. Lutar pela honra não é ruim em si, mas quando se transforma numa busca desmedida por poder, o princípio se corrompe. Da mesma forma, a riqueza do homem oligarca se corrompe quando se transforma em avarizia, avareza e ostentação desmedida, o que gera inveja e revolta entre os pobres. A riqueza em si não é algo negativo, mas o desejo imoderado por ela, que leva à avareza e à ostentação sem limites, acaba gerando a revolta popular.

Na democracia, a liberdade se corrompe quando se acredita que tudo é permitido e que todas as regras podem ser transgredidas sem punição. O problema, portanto, não está na liberdade em si, que é um princípio bom, mas na sua degeneração. Quando essa liberdade vira licença, o princípio se desvirtua e se transforma em caos, o que leva à degradação da própria ordem social. No tirano, o poder se corrompe quando se transforma em puro arbítrio e violência. O princípio da autoridade é distorcido, e o que deveria ser uma forma legítima de governar se converte em um regime de tirania e opressão.

Em resumo, para Platão, todo princípio que norteia a ação das classes dirigentes, seja na democracia, na oligarquia ou na tirania, está sujeito à corrupção. Isso ocorre porque tudo, no mundo da matéria, está destinado a se corromper. Platão enxerga o mundo e a cultura grega dentro de um ciclo necessário: tudo nasce, amadurece e se corrompe. A sociedade, como qualquer outro fenômeno natural, também passa por esse ciclo. A sociedade é vista por Platão como um produto da natureza, e essa visão será discutida com mais profundidade ao longo da sua obra.

#### **4. A teoria política platônica: a ordem social e o Estado como organismo**

Vejamos então agora a pergunta número cinco. A tradução de "ex parte populi" é "a partir do povo", ou seja, o povo é aquele que é governado, do ponto de vista de quem é governado. Já "ex parte principis" significa "a partir do príncipe", ou seja, a partir do ponto de vista do governante, do monarca ou do rei.

Ao analisar o fenômeno político a partir do ponto de vista do governante, observa-se que a questão fundamental é garantir a estabilidade. Como diz Bobbio, a

unidade do Estado é o essencial. Em termos mais modernos, hoje chamaríamos isso de governança. Platão, em sua teoria política, é claramente voltado para o ponto de vista do governante. A questão central é garantir a estabilidade do poder, criando as condições necessárias para que o governo seja eficaz, e essa perspectiva não é exclusiva de Platão. O objetivo central é sempre garantir a estabilidade do governo, e, para isso, o principal inimigo a ser combatido é o conflito dentro da sociedade.

Se precisarmos de estabilidade, da unidade do Estado e de condições para que o governante exerça o poder, então o maior problema é o conflito social, especialmente entre os diversos setores sociais (ex. as classes). A pergunta fundamental da teoria política clássica sempre foi: qual é a melhor forma de governo? A melhor forma de governo seria, no fundo, aquela que elimina, ou, pelo menos, administra pacificamente, o conflito dentro da sociedade.

Até a primeira metade do século XVIII, toda a teoria política ocidental foi construída a partir da perspectiva do governante. Porém, com o pensador Charles de Montesquieu, autor de *O Espírito das Leis*, vemos uma grande mudança. A partir de Montesquieu, a análise do fenômeno político começa a ser tratada a partir do ponto de vista do governado. A questão central passa a ser os direitos humanos, a dignidade da pessoa humana e os mecanismos de inclusão das minorias, além da democracia direta e outros mecanismos contemporâneos de participação política.

Portanto, as questões fundamentais da teoria política contemporânea estão todas relacionadas ao ponto de vista de quem é governado, com a ênfase nas liberdades e direitos dos governados. Isso se deve ao fato de que, no século XVIII, começa a ser consolidada a concepção moderna do Estado-nação, com a formação de um poder soberano, onde um único poder, exclusivo e acima de todos os outros poderes territoriais, exerce autoridade, exerce “soberania territorial”.

É nesse contexto que surge a teoria da separação dos poderes, que Montesquieu introduz como um mecanismo para evitar o abuso de poder e proteger a liberdade do cidadão. Portanto, não é por acaso que Montesquieu seja considerado o pai da teoria da separação dos poderes, pois a partir dele, a teoria política passa a ser fundamentalmente direcionada nas suas análises do ponto de vista *ex parte populi*.

Uma outra questão que devemos esclarecer em relação à teoria política platônica é referente a sua teoria orgânica do Estado, conforme descrita na sua obra *A República*, a qual baseia-se na analogia entre a sociedade e o corpo humano. Platão concebe a sociedade como um organismo, com uma estrutura similar ao corpo humano, composto por três partes fundamentais: a cabeça, o tronco e a parte inferior, o ventre. Cada uma dessas partes é dirigida por uma das faculdades da alma humana: a racional, a passional e a apetitiva, respectivamente. Como a teoria se estrutura:

1. A cabeça (que representa o governo) é dominada pela alma racional, a parte da alma que se ocupa da sabedoria e da razão. Esta parte é responsável por tomar decisões justas e orientadas pela busca do bem comum. Na sociedade, os governantes são aqueles que possuem a alma racional, ou seja, os filósofos, que são vistos como os mais qualificados para governar devido ao seu conhecimento e virtude.

2. O tronco (que representa a guarda ou os guerreiros) é dominado pela alma passional, responsável pela coragem e pelo impulso. Esses indivíduos são a classe dos guerreiros ou militares, cuja função é defender a cidade e garantir a ordem. Eles são guiados pela paixão, mas a paixão correta, a da defesa da pátria.

3. O ventre (que representa os trabalhadores) é dominado pela alma apetitiva, responsável pelos desejos materiais e instintos. Essa parte corresponde aos trabalhadores, ou àqueles que se dedicam à produção de bens e serviços, usando

suas habilidades e força para sustentar às demais classes. Platão usa a metáfora da alma apetitiva para descrever aqueles voltados para o desejo de riqueza e conforto.

#### 4.1 As classes sociais na teoria orgânica

Platão classifica os cidadãos em três classes, de acordo com o metal com o qual ele os associa:

- Classe de ouro: composta pelos filósofos (etimologicamente: os amantes do saber e da sabedoria), os mais sábios e racionais, sendo, portanto, responsáveis por governar.
- Classe de prata: composta pelos guerreiros, aqueles que são corajosos e destemidos, encarregados de proteger a cidade.
- Classe de bronze: composta pelos trabalhadores ou produtores, que sustentam a cidade com seu trabalho físico e habilidades manuais.

Quando os filósofos governam, a cidade está sob uma monarquia ou uma aristocracia, uma vez que a classe de ouro lidera com sabedoria e justiça. Quando a classe de prata governa, os guerreiros, estamos ante uma Timocracia. Quando a classe de bronze ou os trabalhadores ganham poder, a sociedade tende a cair em uma democracia, onde há uma maior ênfase na liberdade individual, mas também uma maior instabilidade. Em outras situações, a sociedade pode se transformar em oligarquia ou tirania, dependendo de como as outras classes interagem entre si e da corrupção dos princípios fundadores.

Platão percebia a sociedade como um organismo que deveria ser harmônico, com cada classe desempenhando seu papel de maneira equilibrada e subordinada ao princípio da justiça. A justiça ocorre quando cada classe desempenha sua função de maneira adequada, sem ultrapassar os limites que lhe são destinados. Se as classes não seguem suas funções, a sociedade entra em decadência, o que leva à corrupção das formas de governo. A teoria de Platão reflete a sua visão aristocrática da sociedade, onde os filósofos, os homens mais sábios e racionais, devem governar seguindo o ideal de justiça, virtude política por excelência, enquanto as outras classes, com diferentes virtudes, desempenham papéis específicos. Embora o sistema de Platão seja muito criticado por sua desigualdade intrínseca, ele serve como um exemplo do pensamento político da Grécia Antiga e ainda é influente na história da teoria política até hoje.

#### 4.2. Formas boas e formas más de governo

A última questão abordada diz respeito à distinção entre formas boas e formas más de governo, um aspecto central na filosofia política de Platão. Com efeito, defende um duplo critério ao estabelecer dois critérios fundamentais para essa análise: violência e consenso ou legalidade e ilegalidade. A seguir analisamos os critérios platônicos:

- Legalidade: Refere-se à obediência às leis estabelecidas, que, em uma forma boa de governo, são justas e visam ao bem comum.
- Consenso: Implica que o governante deve ter o apoio do povo e agir de acordo com seus interesses e direitos, sem imposições ilegítimas ou autoritárias.
- Violência: Quando o governo se mantém no poder à força, sem a aceitação do povo, utilizando métodos de repressão e coerção.

- **Ilegalidade:** O governo que age fora da lei, desrespeitando os direitos e as normas estabelecidas, seja por capricho ou abuso de poder.

1. Formas boas de governo: São aquelas em que o governante age dentro da legalidade e com o consenso dos governados. Ou seja, o governo é legítimo quando se baseia-se na vontade do povo, cumprindo as leis e normas que foram estabelecidas de forma justa.

2. Formas más de governo: São aquelas em que o governante governa fora da legalidade e usa a violência. Aqui, o governo é ilegítimo, fundamentado em práticas arbitrárias e coercitivas, sem o consentimento da população. Em vez de buscar o bem comum, ele se orienta por interesses próprios ou de uma pequena elite, impondo seu poder por meio da força.

Na República, ele detalha como as boas formas de governo (monarquia ou aristocracia) se baseiam na razão e na justiça, enquanto as más formas de governo (tirania, oligarquia e democracia degenerada) surgem quando há corrupção e desvio da justiça, violando os princípios de legalidade e consenso. Posteriormente, Aristóteles também adota na sua filosofia política, a distinção entre formas boas e más de governo, mas introduz um critério mais prático e pragmático ao focar na finalidade do governo. Ele distingue entre governos que buscam o bem comum e aqueles que buscam apenas o interesse de uma minoria.

Nos tempos modernos, especialmente em pensadores como Maquiavel, a ideia de distinguir formas boas e más de governo se transformou radicalmente. Maquiavel introduz um critério de eficácia: para ele, um governante é bom quando consegue manter-se no poder e governar de maneira eficaz, independentemente de os métodos serem justos ou não. Já filósofos como Hobbes e Rousseau contribuíram para um pensamento mais relativista, onde a distinção entre governante bons ou maus passa a ser mais subjetiva, dependendo das perspectivas sociais e históricas de cada época.

Platão, portanto, com sua visão aristocrática e idealista, oferece uma abordagem normativa do que seria um bom governo, vinculando-o à justiça, à legalidade e ao consenso, que se diferencia notadamente das análises mais pragmáticas e contextuais que se desenvolveram na modernidade posteriormente.

## 5. Conclusão

A nossa análise da teoria política de Platão foi direcionada precipuamente a sua reflexão sobre as formas de governo. Vimos que Platão classifica as formas de governo em dois grandes grupos: as formas ideais e as formas reais. Então, temos as formas de governo ideais, que são perfeitas e temos as formas reais, todas elas formas inerentemente degradadas e corrompidas. Assinalamos, ademais, que o filósofo grego tem uma visão metafísica dicotômica da realidade. Por um lado, uma realidade que é a da matéria, das coisas físicas e, por outro lado, uma outra realidade, que com o passar dos séculos chegou a significar a realidade espiritual, o espírito.

Um segundo elemento básico da filosofia política platônica diz respeito à noção ontológica da necessidade no âmago da realidade material e social, e à defesa de uma concepção cíclica do tempo e da história, crença profundamente arraigada na cultura grega.

Em terceiro lugar, examinamos um dos critérios centrais de avaliação normativa na filosofia política platônica que diz respeito a uma classificação extremamente influente na história das ideias políticas, centrado na figura do governante, mais especificamente, nas qualidades ou nas características morais dos governantes.

Platão percebe que existem diferentes tipos de personalidades e diferentes tipos de homens, os quais são guiados por alguns princípios de ordem moral que identificam as diferentes formas de governo.

Por último, mostramos que a passagem de uma forma de governo a outra não apenas parece inevitável, mas também está enraizada em um princípio metafísico mais profundo: o princípio da corrupção. Para Platão, no nosso mundo tudo está sujeito à corrupção e à degeneração; nada permanece como é para sempre. Essa ideia de constante transformação, motivada pela incapacidade das coisas de se manterem imutáveis, é fundamental para entender a dinâmica política e social que ele analisa. Quando se busca entender a razão pela qual ocorre a mudança nas formas de governo, Platão nos sugere que o motivo principal está na corrupção do princípio que inspira todos os governos.

## 6. Referências

- Aristóteles. (2022). *Política*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Bobbio, N. (2017). *A teoria das formas de governo*. São Paulo: Edipro.
- Castro, G., Olivieri, A., & Lacerda, L. (2023). O mundo dicotômico de Platão como fundamento metafísico da sua teoria das formas de governo. *Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social*, 5(9), jan.-jul.
- Dias, A. J. (2014). *O cérebro da política*. Lisboa: Edições 70.
- Platão. (1999). *A República*. (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultural.
- Scruton, R. (2015). *Como ser um conservador*. São Paulo: Record.